

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Curso de Licenciatura em História



Trabalho de Conclusão de Curso

A capoeira e os quilombos:

Uma análise sobre as formas de resistência negra nos tempos da escravidão

Alesi Goulart Duarte

Pelotas, 2021

Alesi Goulart Duarte

A capoeira e os quilombos:

Uma análise sobre as formas de resistência negra nos tempos da escravidão

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Ciências
Humanas da Universidade Federal de
Pelotas, como requisito parcial à obtenção
do título de Licenciado em História.

Orientador: Professor Doutor Jonas Moreira Vargas

Pelotas, 2021

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

D812c Duarte, Alesi Goulart

A capoeira e os quilombos : uma análise sobre as formas de resistência negra nos tempos da escravidão / Alesi Goulart Duarte ; Jonas Moreira Vargas, orientador. — Pelotas, 2021.

45 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Capoeira. 2. Quilombo. 3. Resistência. I. Vargas, Jonas Moreira, orient. II. Título.

CDD : 981

Alesi Goulart Duarte

A capoeira e os quilombos:

uma análise sobre as formas de resistência negra nos tempos da escravidão

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Banca examinadora:

Professor Doutor Jonas Moreira Vargas (Orientador)
Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professor Doutor Adhemar Lourenço da Silva Junior
Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Aos meus colegas do Ensino Fundamental que não seguiram seus estudos por serem desacreditados por alguns professores, assim como eu também fui. Essa é por nós.

Agradecimentos

Neste trabalho quero primeiramente agradecer aos meus pais, Katia Rejane Goulart Duarte e Adelmo Borges Duarte, por sempre me apoiar e fazer todo possível para hoje conseguir formar o primeiro universitário da família.

Aos meus amigos que sempre estiveram do meu lado, como Lucas que me acompanha desde o ensino médio, que estive junto comigo perdido em Pelotas para achar o Instituto de Ciências Humanas. Também aos amigos que posso chamar de família que a História me proporcionou, que são eles Cássio, Edward, Jéssica, Márcia, Beatriz, Franc, Tatiana, Franklin e também minha conterrânea, que carinhosamente chamo de “cupincha”, Janaína. Amigos esses que me acompanharam durante toda a graduação, nos momentos bons e nos ruins, nas idas em grupo até o Restaurante Universitário e nas reclamações.

Muito importante agradecer ao professor Álvaro Lucas que foi meu professor de História desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio, que posteriormente se tornou um amigo pessoal, que foi de extrema importância para a minha escolha pela História, pois o mesmo sempre serviu de inspiração.

Agradecer também dois professores que me marcaram bastante por serem profissionais incríveis, o Professor Jonas, com qual me identifico com a trajetória de família humilde. Também a professora Natália, que apresentou uma didática e amor a profissão que eu jamais tinha visto na Universidade, além de me presentear com o livro de sua autoria que foi uma fonte muito importante para a construção deste trabalho.

Agradeço também aos governos do Partido dos Trabalhadores, que, mesmo muito longe de ser o ideal, permitiu que o pobre sonhasse com um diploma de Ensino Superior, sonho esse que me agarrei para chegar aqui hoje.

*“Tu não sabe andar, já quer correr
Cuidado moço que pro mundo não lhe bater”*

Resumo

DUARTE, Alesi Goulart. **A capoeira e os quilombos**: uma análise sobre as formas de resistência negra nos tempos da escravidão. Orientador: Jonas Moreira Vargas. 2021. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

O Brasil desde a invasão portuguesa adotou um sistema de trabalho escravista extremamente cruel, tendo como mão de obra para esse sistema, indígenas que já viviam nas terras, mas também majoritariamente pessoas vindas de países africanos a força, sendo assim, essas pessoas eram separadas de suas famílias, inseridas em um ambiente totalmente desconhecido, desde questões como fauna e flora até a língua falada. Essas pessoas não aceitaram essas condições de forma submissa, então criaram inúmeras formas de resistir a essa realidade imposta e é pensando nisso que esse trabalho busca analisar através das fontes bibliográficas a história dos quilombos e da prática da capoeira, bem como a relação entre ambas, como expressões da resistência escrava e liberta no Brasil. Para essa construção viso em um primeiro momento contextualizar a história da capoeira, após isso contextualizar sobre os quilombos e por fim traçar paralelos sobre os dois temas, dando maior destaque para o Quilombo guerreiro do General Manoel Padeiro, localizado na Serra do Tapes em Pelotas, Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Capoeira. Quilombos. Resistência.

Abstract

DUARTE, Alesi Goulart. **Capoeira and quilombos**: an analysis on ways of black resistance. Advisor: Jonas Moreira Vargas. 2021. 42 f. Final Paper (Degree in History) – Human Sciences Institute, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2021.

Since the Portuguese invasion, Brazil has adopted an extremely cruel slave labor system, using as manpower for such system indigenous people that already lived on the land, but also mostly people forcefully coming from African countries, therefore these people were separated from their families, inserted in a completely unknown environment, from issues like fauna and flora to the spoken language. These people did not accept these life conditions submissively, so they created countless ways to resist this imposed reality, and thinking about that, this work seeks to analyze, through bibliographical sources, the history of quilombos and the practice of capoeira, as well as the relation between both of them, as expressions of slave and freed resistance in Brazil. For this construction I look forward, in a first moment, to contextualize the history of capoeira, after that contextualize on the quilombos and, lastly, trace parallels between both themes, giving greater prominence to the warrior quilombo of General Manoel Padeiro, located in the Serra do Tapes in Pelotas, Rio Grande do Sul.

Keywords: Capoeira. Quilombos. Resistance.

Lista de Figuras

Figura 01: Ilustrações de Carybé.....	20
Figura 02: Indicativos da prática da capoeira em Pelotas, em 1927.....	23
Figura 03: Jogar Capoeira ou Dança da Guerra, (Jogar Capoeira ou Danse de la Guerre).....	37
Figura 04: Destaque da pintura Jogar Capoeira ou Dança da Guerra, (Jogar Capoeira ou Danse de la Guerre)	37

Sumário

1. Introdução	10
2. Capoeira, a arte marcial brasileira	12
2.1. Capoeira no Brasil	12
2.2. Capoeira no Rio Grande do Sul	20
3. A resistência quilombola	26
3.1. Quilombos no Rio Grande do Sul	28
4. O quilombo do Padeiro e Preta Rosa: uma reflexão sobre a prática da capoeira nos quilombos	35
5. Considerações finais.....	41
6. Referências	43

1. Introdução

Após a invasão portuguesa de 1500 na América a região que hoje é chamada de Brasil foi construída com mão de obra majoritariamente escravizada, sendo elas indígenas em um primeiro momento, mas com tráfico transatlântico o número de pessoas trazidas do continente africano, por portugueses, espanhóis, franceses e ingleses, para ser escravizada na América foi gigantesco. Essas pessoas então são tiradas de suas famílias, sociedades e terra, para serem jogadas em uma realidade completamente diferente, já de início colocadas em condições precárias em um navio, onde passariam muito tempo em alto mar e chegando a terra firme, tem o contato com um ambiente desconhecido no qual tem que aguentar duras horas de trabalho forçado, em contato com um idioma diferente, até mesmo entre os escravizados, pois eles vinham de regiões diferentes da África.

É para lutar contra essa opressão que surgem diferentes formas de resistência dessa população, como por exemplo, a organização de novos arranjos familiares e laços de parentesco, as negociações, a compra da própria alforria ou a de alguma pessoa querida, as fugas ou até mesmo o suicídio.

Neste trabalho de conclusão de curso, busco pesquisar duas dessas formas de resistência à escravidão, são elas, a capoeira e os quilombos e como elas podem ter se relacionado, especificamente, se podem ter existido capoeiras dentro dos quilombos.

Desta forma, o primeiro capítulo, busca fazer um levantamento histórico da capoeira no Brasil, falando da origem do termo, hipóteses da sua criação, sua proibição e posteriormente legalização, falando de dois mestres muito significativos para a arte, Pastinha e Bimba. Nesse mesmo momento também escrevo sobre o tema no Rio Grande do Sul e em Pelotas.

O segundo capítulo tem por objetivo trazer informações sobre o quilombo em sua resistência contra os escravistas, dando um foco um pouco maior às questões bélicas dos quilombos, a forma que se organizavam para atacar ou se defender, novamente entender mais a fundo sobre o tema no Rio Grande do Sul e Pelotas.

Por fim com a pesquisa feita sobre os dois temas, tentar encontrar informações que possam se cruzar, pensando a hipótese de haver pessoas

com treinamento na arte da capoeira dentro dos quilombos, um assunto que não se tem muita pesquisa a respeito.

Esse problema de pesquisa, surgiu para sanar uma dúvida que eu mesmo tive na disciplina optativa de *História de Pelotas*. Nela, o professor regente Jonas Moreira Vargas, que acabou se tornando meu orientador nesse trabalho, levou o também professor e historiador Caiuá Al-Alam Para fazer uma fala. Em determinado momento, Caiuá falou sobre uma quilombola do grupo de Manoel Padeiro que usava vestimentas masculinas e portava duas facas grandes, sendo uma excelente combatente. Como desde muito novo sempre fui uma pessoa envolvida nas artes marciais, pensei que essa quilombola em questão chamada "Preta Rosa" poderia ter algum treinamento marcial como a capoeira ou o maculelê, por exemplo, pois uma pessoa sem maior conhecimento e treinamento dificilmente usaria uma faca em cada mão, visto que temos uma mão dominante e outra que funciona mais para auxiliar as tarefas diárias, por não ter tanta coordenação, ao menos que ela seja constantemente treinada para tais situações. Então questionei o professor Caiuá sobre a existência de alguma hipótese sobre Rosa ter algum treinamento marcial, o mesmo disse não saber de pesquisa sobre a hipótese, mas que seria um tema possível. É neste contexto que escrevi um artigo com esse tema para disciplina de História de Pelotas, e no TCC busco abrir esse leque de pesquisa, estudando melhor alguns traços da cultura afro-brasileira etraçando outros paralelos da prática da capoeira em Quilombos.

Esse trabalho tem como um dos objetivos ser escrito de uma maneira mais acessível para o público em geral, que queira saber mais sobre o tema, então evito uma linguagem "rebuscada" como é comum no meio acadêmico, que muitas vezes dificulta a compreensão de pessoas que não fazem parte desse nicho. Porém, ele foi escrito respeitando todas as normas de formatação e citação.

2. Capoeira, a arte marcial brasileira

2.1. Capoeira no Brasil

Para entendermos a capoeira e sua história é necessário pensar sobre a historiografia sobre a mesma, que por muito tempo foi deixada de lado e apenas citada em trabalhos acadêmicos, dentro de outros temas. Como nos mostra os autores Josivaldo Pires de Oliveira e Luiz Augusto Pinheiro Leal em *Capoeira, identidade e gênero ensaios sobre a história social da Capoeira no Brasil*:

O capoeira não tem lugar nesta galeria de heróis nacionais. Bêbado, vadio, ocioso, mestiço, baderneiro, desordeiro, vicioso, vadio, era o paradigma da escória urbana, pior que o preto africano ou que o índio *puro*. Mas como um fantasma ele percorre em espectro as páginas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lugar privilegiado de construção de uma memória nacional, em uma espécie de elogio invertido, onde a nobre classe dos historiadores do Império usa os subterrâneos dos pés de página para dar vazão aos seus “instintos mais primitivos”(OLIVEIRA; LEAL, 2009, p. 18).

Claro além dos fatos que apontam os autores, ela também não cabia em outras análises historiográficas, por ser algo muito limitado que não interessava especificamente, mas sim apenas dentro de um grande contexto que lá pelas tantas iria citar brevemente a arte apenas como um elemento da cultura de matiz africana no Brasil. Porém, hoje em dia, a partir de abordagens mais culturais, análise mais macroespaciais e estudos de caso locais, temos a oportunidade de focar em assuntos como a capoeira e entender sua grandiosidade como algo único e muito importante como forma de resistência física e cultural.

Neste primeiro momento busco me dedicar a fazer uma breve introdução sobre a história da capoeira, tentando abranger suas possíveis origens, como ela se desenvolve em seu contexto, a forma que ela é vista pela sociedade ao longo dos anos, ora como algo ruim, praticado por pessoas violentas, chegando a se tornar crime, ora seus praticantes sendo usados como milícia e em guerra para defender os interesses brancos posteriormente reconhecida como um esporte nacional.

Tendo em vista a realidade que se inseria o negro escravizado no Brasil se fez necessário uma forma de combate que usasse apenas o corpo e/ ou

armas de fácil acesso, nesse caso ferramentas de trabalho e paus. Nas palavras de Cordeiro e Carvalho (2013) o corpo do escravizado seria usado como arma de resistência contra a opressão. Mas de onde surgem as raízes dessa expressão? Alguns autores nos ajudam a compreender essas raízes através de suas pesquisas. Para Oliveira e Leal, tem sua origem no continente africano:

O viajante português Neves e Souza, na década de 1960, divulgou as semelhanças entre as expressões culturais de povos africanos e dos negros brasileiros. Segundo ele, o *n'golo*, ou “dança da zebra”, seria uma luta ancestral da capoeira, havendo várias semelhanças. O *n'golo* era uma dança cerimonial de iniciação, em Angola, na qual os rapazes tinham como objetivo atingir o rosto do adversário com o pé (OLIVEIRA; LEAL, 2009, p. 18).

A palavra capoeira, mesmo tendo raízes na África, se deu como tal no Brasil. O próprio nome “Capoeira” pode ter sua origem indígena, sendo um cesto feito em palha como explicam *Antônio Liberac Cardoso Simões Pires* e *Carlos Eugênio Líbano Soares* no artigo denominado *capoeira na Escravidão e no pós-abolição* “capoeira era a dança marcial dos negros carregadores de cesto; na etimologia tupi-guarani: *caá*(mato) + *pó* (círculo), círculo de palha (de mato). Assim, capoeira era o carregador (radical “eira”) do cesto chamado “caápó”; capoeiro, capoeira.” (PIRES; SOARES, 2018, p. 141). Em sua tese de doutorado Sergio Luiz de Souza Vieira vai logo ao início descrever o que é a capoeira e como, em sua visão, se deu o jogo:

A Capoeira, é uma das manifestações culturais mais importantes do Brasil. Surgida do encontro, em terras brasileiras, principalmente das culturas do índio, do negro e do português, tornou-se um dos mais importantes símbolos do Brasil. Trata-se de uma das manifestações culturais da corporeidade humana, a qual é baseada em um diálogo corporal, no qual terá maior destaque o jogador que fizer mais perguntas corporais do que as respostas corporais obtidas, ou então aquele capaz de apresentar mais argumentos corporais do que as perguntas corporais que lhe foram feitas. Neste diálogo entrarão em jogo os braços, as pernas, a cabeça e os jeitos corpo (VIEIRA, 2004, p. 1).

Aqui podemos analisar não só como a capoeira é jogada, mas também, a sua origem a partir da pesquisa de Vieira, logo após o autor ainda nos mostra o momento em que o vocábulo é registrado uma das primeiras vezes, explicando:

A primeira citação do vocábulo foi feita pelo Padre Fernão Cardim (SJ) na obra: *Do Clima e da Terra do Brasil*¹, editado em 1577, onde se destaca o texto: '*Ao lomgo de humarossa que Frco. Frz., feitor da dita casa tem derrubado, saindo as capoeiras que foram de Anto. Frz.*'. Em outras obras jesuíticas que se sucederam, novamente o vocábulo capoeira foi registrado, em todos mantendo o significado de vegetação secundária. Ainda hoje, a discussão sobre o vocábulo parece ser interminável (VIEIRA, 2004, p. 1).

Nesse sentido apresentado, a capoeira se refere a uma vegetação rasteira, uma clareira em meio à mata. Contudo, alguns autores divergem sobre a capoeira fazer referência a essa clareira, pois seria um ambiente muito exposto para se estar, tornando-se um alvo fácil para armas de fogo.

Los Rios ressaltou a impossibilidade de escravos desarmados se refugiarem em capoeiras para enfrentar capitães do mato bem armados. Estes “matos ralos” não ofereceriam condições físicas para a luta dos capoeiras, já que neles poderiam ser facilmente localizados e alvejados a longa distância. Segundo este autor, a capoeira teria surgido nas primeiras grandes cidades brasileiras entre os escravos urbanos, mais especificamente entre os escravos de ganho (OLIVEIRA; LEAL, 2009, p. 18).

Entretanto, não necessariamente o local seria usado para se manter muito tempo, ou combater inimigos como aponta o autor, mas sim para fazer seu treino, visto que um mato rasteiro em uma clareira seria o lugar ideal para organizar uma roda com o intuito de treinar suas habilidades na capoeira, sabendo que é necessário se treinar muito para chegar a um nível combativo dentro da arte marcial. Traçando um rápido paralelo sobre essa questão podemos citar o termo *Kung Fu*, difundido no ocidente como um estilo marcial, mas que na realidade quer dizer “trabalho duro”, no sentido, de persistência na aprimoração da técnica.

Em outro estudo, Vieira nos mostra uma hipótese do surgimento do vocábulo nessa relação entre indígenas e negros que esse local com o tempo passa denominar o grupo que o ocupava:

Tende se a acreditar que o vocábulo, de origem indígena Tupi, tenha servido para designar negros quilombolas como “*negros das capoeiras*”, posteriormente, como “*negros capoeiras*” e finalmente apenas como “*capoeiras*”. Cabe ressaltar, que nunca houve nenhum registro da Capoeira em qualquer quilombo. Sendo assim, aquilo que antes etimologicamente designava “*mato*” passou a designar

“pessoas” e as atividades destas pessoas, “capoeiragem”(VIEIRA, 2004, p. 1-2).

Além disso, não se ter registro do termo dentro de quilombos, pode se dar pela tentativa de apagar a história escravista brasileira, com a literal queima de documentos feita no governo de Deodoro da Fonseca:

Considerando que a nação brasileira, pelo mais sublime lance de sua evolução histórica, eliminou do solo da pátria a escravidão – a instituição funestíssima que por tantos anos paralisou o desenvolvimento da sociedade, inficionou-lhe a atmosfera moral; considerando que a República está obrigada a destruir estes vestígios por honra da pátria e em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que pela abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira; resolve:

1º - Serão requisitados de todas as tesourarias da fazenda todos os papéis, livros e documentos existentes nas repartições do ministério da fazenda, relativos ao elemento servil, matrícula de escravos, dos ingênuos, filhos livres de mulher escrava e libertos sexagenários, que deverão ser sem demora remetidos a esta capital e reunidos em lugar apropriado na recebedoria.

2º - Uma comissão composta pelos Srs. João Fernandes Clapp, presidente da confederação abolicionista, e do administrador da recebedoria desta capital, dirigirá a arrecadação dos referidos livros e papeis e procederá à queima e destruição imediata deles, que se fará na cassa de máquina da Alfândega desta capital, pelo modo que mais conveniente parecer à comissão. Capital Federal, 15 de dezembro de 1890. - Rui Barbosa (*apud* SILVA, 2008a, p.16-17).

O termo capoeira tem mais alguns significados para além de uma vegetação rasteira. Como aponta o autor essa é uma grande discussão, já que não sabemos de fato a origem do nome. Pires aponta que o termo também tem um significado em Portugal

[...] encontrei um documento datado do século XVIII que pode ser revelador de novos significados para a conceituação da “capoeira”, pois essa expressão ganha novos sentidos em Portugal, onde possui o significado não só de cestos de se carregar galinhas como do próprio galinheiro. E foi assim que o português Francisco Xavier Mendonça Furtado, em carta datada de 1757, escrita ao irmão, o Marquês de Pombal, denunciando a vinda de Lisboa de ladrões, assassinos, e outros tipos de “bandidos”, diz “estar uma capoeira cheia dessa gente para mandarem para cá”. Furtado pedia a seu irmão para que tais “capoeiras de malfeitores” se distribuíssem por outras partes e não para um estado que estava se formando. O Estado ao qual Furtado se refere é o Amazonas, mas percebam que Furtado chama de “capoeiras” a um agrupamento de “marginais lisboetas” extraditados para a colônia portuguesa (PIRES, 1996. p. 214).

A realidade é que os trabalhos nos mostram várias hipóteses a respeito do surgimento do termo e não há um consenso entre elas. Assim sendo, também não tenho a pretensão de dar uma resposta a essa questão, porém a capoeira como luta é registrada nas cidades e é nessas também que é observada e vista como algo perigoso para os cidadãos brancos que rapidamente é combatida no âmbito jurídico.

Contra estes primeiros capoeiras, entre os quais existiam escravos fugitivos, negros libertos e elementos marginalizados pela sociedade escravagista, passaram a existir uma série de leis penais que os consideravam como desordeiros e delinquentes, sendo rigorosamente vigiados e punidos. A evolução das leis acontecia na mesma ordem em que os escravos iam gradativamente obtendo suas liberdades, através de cartas de alforria ou de compras de suas liberdades, o que lhes conferia um novo status jurídico(VIEIRA, 2004, p. 4).

Os grupos que praticavam eram chamados de maltas, ou seja, grupos que não eram compostos apenas por capoeiras, entretanto sua maioria era praticante da arte. Essas maltas tinham a característica de usar um lenço de seda em volta do pescoço e isso se dava pelo uso de armas brancas principalmente a navalha, que deslizava sobre a seda e não cortava o pescoço, causando uma lesão grave e potencialmente mortal.

A arma comum dos capoeiras, na época, era a temível navalha, a qual manejavam com a mais absoluta destreza, e em virtude disto, usavam um lenço de seda pura em torno do pescoço como precaução para se defenderem, sabido que a mesma embota o fio da navalha. (VIEIRA, 2004, p. 5)

Ainda sobre como se dá à capoeira como luta, Pires e Soares vão descrever:

Como prática cultural de escravos negros nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, tal luta caracterizava-se por determinados golpes de perna e cabeça, mas também pelo uso generalizado de instrumentos cortantes (navalha, faca, porrete, canivete, sovela) (PIRES; SOARES, 2018, p. 142).

Traçando essas características da luta, a capoeira foi reconhecida como algo perigoso para a sociedade branca da época, sendo até mesmo proibida de

ser praticada durante muitos anos. O Código Penal de 1890 classificou como “vadiagem”, constando o seguinte registro:

Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal:

Pena – de prisão cellualar por dous a seis mezes.

Paragraphounico. E“considerado circumstanciaaggravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta.

Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidencia, será applicadaao capoeira, no gráomaximo, a pena do art. 400.

Paragraphounico. Si for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Si nesses exercicios de capoeiragem perpetrar homicidio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor publico e particular, perturbar a ordem, a tranquillidade ou segurança publica, ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas comminadas para taes crimes (GAMA, 1929, p.462).

Entretanto esse medo se dava pelo fato dos próprios brancos usarem os capoeiras como milícias, ou seja, os políticos contratarem essas pessoas para fazer o uso de força como nos mostra Santos:

Capoeiras, que eram utilizados tanto por liberais, como por conservadores como uma milícia para-militar, ficaram na República fora do controle das autoridades. Capoeiras, negros alforriados, imigrantes e pobres eram apontados pelos chefes de polícia como sendo os principais responsáveis pelo número cada vez maior de roubo, latrocínio e prostituição. A repressão dos capoeiras contou com a ação desmedida de forças policiais, que obtinham o apoio da imprensa e de moradores de classe média que contribuíam delatando os nomes e paradeiro dos capoeiras.(SANTOS, 2004, p. 145)

Mas o fato é que segundo a lei a capoeira era proibida de ser praticada, sendo inclusive detido por isso e encaminhado para colônias correcionais que ainda Santos em seu trabalho denominado *A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana* nos ajuda muito a compreender essas questões, a autora descreve que os indivíduos eram presos, normalmente essas colônias são criadas em ilhas para evitar a fuga, e punidos de acordo com seu crime, porém a autora nos conta que os capoeiras reincidentes sofriam as medidas mais duras fisicamente e ficavam de 1 a 3 anos detidos. Vimos então que a população negra no geral incluindo os

capoeiras eram libertos do sistema escravista e jogados na rua a própria sorte para serem classificados como vagabundos e presos nas colônias.

Como vimos esse grupo era visto como algo ruim para essa sociedade, porém em determinado momento quando se foi necessário usar dessas habilidades, mudava a perspectiva em relação aos capoeiras que foram chamados para combater na Guerra do Paraguai. Na ocasião a divisão que tinha sua maioria formada capoeiras foi denominada de Zuavos.

Com a Guerra do Paraguai, o Império viu-se na contingência de formar batalhões específicos de negros, em sua grande maioria, capoeiristas. Sendo assim, entre 1865 e 1886, os governos provinciais fizeram seguir para a frente de batalha, grande número de capoeiristas, em batalhões específicos denominados Zuavos. Se por um lado o objetivo era reduzir sensivelmente o número de capoeiristas, por outro conseguiram tornar a modalidade uma Arte Marcial, posto ser este um título que usualmente é conquistado por alguma forma de luta que tenha passado por uma experiência de guerra. (VIEIRA, 2004, p. 6)

CUNHA (2011) mostra que era algo comum usar pessoas escravizadas com certa habilidade de combate em guerras, dessa forma a branquitude iria conseguir eliminar vários capoeiras que causavam os tumultos nas ruas e ainda iriam engrossar as fileiras nas batalhas, de soldados bastante hábeis em combate, diga-se da passagem. Já em meados de 1816 há relatos de capoeiras milicianos usados para combater no Uruguai.

De certa forma esse alistamento de capoeiras acaba sendo um “tiro no pé”, já que esses combatentes voltam da guerra com algumas condecorações militares, fazendo com que eles tenham patente e autoridade suficiente para em alguns casos conter a repressão por parte da polícia contra capoeiras que estavam nas ruas brasileiras em “capoeiragem”. (CUNHA, 2011)

É nesse contexto de combater na guerra do Paraguai que a capoeira ganha a classificação de Arte Marcial, que se dá para um estilo de luta que participou efetivamente de uma guerra, independente de sua posterior esportivização. (CORDEIRO; CARVALHO, 2013, p. 73)

A capoeira só é de fato legalizada com o governo de Getúlio Vargas e em um contexto em que a ciência começa a falar sobre a importância do esporte para a saúde. Nesse sentido, ao longo do século XX, a capoeira passa a ser interessante para uma parte da sociedade até mesmo para a constituição

da identidade nacional e a falácia da cultura miscigenada brasileira, porém essa esportivização tem um ideal de excluir parte importante da história desta arte marcial para atender as necessidades de uma elite financeira e intelectual.

A capoeira então foi submetida a um processo de esportivização, pois muitos intelectuais passaram a defender a ideia de que esta representaria a “luta nacional”, (assim como outros países, bem como o JiuJitsu no Japão, o Boxe na Inglaterra) uma manifestação genuinamente brasileira e que possuía todas as características que as emergentes teorias sobre a ginástica e educação física preconizavam. Então a capoeira precisou passar por um “processo civilizador”. A sua relação com a criminalidade deveria ser apagada, as maltas dismanteladas e extinguidas, para enfim, poder ser aproveitadas suas características desportivas (CORDEIRO; CARVALHO, 2013, p.77).

Dentro dessa batalha por reconhecimento no seu esporte/ arte marcial/ cultura, surgem duas figuras importantíssimas para a capoeira no Brasil, são elas Manoel dos Reis Machado e Vicente Ferreira Pastinha, popularmente conhecidos com mestre Bimba e mestre Pastinha, criadores das capoeiras, Regional e Angola, tendo cada uma suas peculiaridades.

Manoel do Reis Machado ou apenas Mestre Bimba nasceu em 23 de Novembro de 1899 e foi responsável pela criação da chamada Capoeira Regional que buscava se adaptar a realidade que lhe era imposta, de uma sociedade que ainda tinha muito preconceito com a capoeira que até pouco tempo era um crime.

Em meio a uma sociedade notoriamente preconceituosa e classista, Mestre Bimba sofria na pele o descaso e a perseguição tanto à capoeira como para as demais manifestações culturais africanas. Tanto o é que a prática da capoeiragem era uma atividade criminosa presente no Código Penal da época, como já foi visto anteriormente nesta dissertação.

Então, Bimba fundiu a tradicional capoeira, praticada desde a escravidão, com alguns golpes de uma luta africana chamada de Batuque, da qual seu pai, Luiz Cândido Machado, era exímio lutador. Batizou esse novo estilo, conforme já foi mencionado, de Luta Regional Baiana, objetivando, assim, a desmarginalização da capoeira e as suas consequências. Esse novo estilo difundiu-se com o nome de Capoeira Regional (FONSECA, 2010. p 31/32)

Se Mestre Bimba buscava difundir a Capoeira como um esporte nacional colocando adaptações para sua melhor aceitação, Pastinha não tinha grandes divergências sobre essa esportivização, mas sim da forma que ela se dava, na

sua visão ela deixaria de ser algo genuíno, logo a luta de mestre Pastinha era por manter a pureza da arte marcial, como nos mostra Caldas:

Em consonância com as preocupações intelectuais modernistas, Pastinha enfatiza a pureza e a originalidade da capoeira “genuinamente Angola”. No entanto, Acuña chama atenção para o fato de mestre Pastinha articular essa visão da pureza africana a posições nacionalistas, uma vez que considera que a capoeira veio da Angola trazida por escravos, mas aperfeiçoou-se no Brasil. Por um lado, o mestre de capoeira Angola procura se opor a mestre Bimba que incorporou golpes de lutas estrangeiras à capoeira. Por outro lado, Pastinha não abre mão de considerar a capoeira também como um esporte nacional e, em consonância com os defensores do que chamei de “esportivização da valentia” (CALDAS, 2018. p. 104).



Figura 01: Ilustrações de Carybé
Fonte:Disponível na internet

2.2. Capoeira no Rio Grande do Sul

Feita a contextualização da história da Capoeira no Brasil, agora vamos buscar as informações sobre como essa Arte Marcial se desenvolveu no Rio Grande do Sul. Antes de tudo é necessário dizer que há poucas

informaçõessobre esse desenvolvimento, então será muito utilizado como fonte o trabalho do autor Ederson Alberto Teixeira Dornelles, denominado *Monsueto, Nino Alves e Churrasco: a reconstrução da História dos primeiros Mestres de Capoeira em solo gaúcho*, em que o próprio autor fala sobre essa dificuldade e escassez de fontes e pesquisas sobre o tema no estado, tendo o mesmo analisado produções acadêmicas em solo gaúcho entre os anos de 1987 a 2010, em que há pouca ou nenhuma citação sobre a história da capoeira.

O trabalho de Dornelles é feito com base na História oral, mediado pelo projeto “Garimpando memórias”, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O autor entrevistou três mestres de Capoeira sendo eles conhecidos por seus apelidos dentro da Arte Marcial, como Monsueto, Nino Alves e Churrasco.

Os entrevistados relatam a Dornelles como se deu seu contato com a arte e como chegaram ao estado do Rio Grande do Sul. Os mestres que difundem essa arte no estado já estão inseridos em uma realidade em que a Capoeira já era vista como um esporte nacional e muito procurado por classes mais abastadas da sociedade e não algo marginalizado, como era até grande parte da primeira metade do século XX.

A diferença na implantação da capoeira no Sul do País não se detém somente a questão cronológica propriamente dita, também há diferença na questão ideológica. No Rio Grande do Sul, a implantação da mesma se dá juntamente com a implantação da cultura de consumo em relação às artes marciais que estavam em voga nesse período. Pode-se dizer que houve um processo de mercadorização de um produto, no caso em questão, a arte capoeira, consumida pela classe média gaúcha, em um tempo que as lutas de artes marciais haviam explodido enquanto produto de consumo (DORNELLES, 2010, p. 33).

O autor conclui que a capoeira no estado teve seu início oficial e documentado em 1970, porém já existiam indícios da capoeira no Rio Grande do Sul já no século XIX, que infelizmente por falta de documentos não temos um maior registro da arte. Em determinado momento um dos entrevistados conta que já havia algo denominado de Capoeira que era praticado por marinheiros, sendo um jogo mais focado no uso de rasteiras (DORNELLES, 2010)

Portanto, é sabido da existência da capoeira em registros históricos no Rio Grande do Sul que datam do século XIX. O que não houve de fato foi um início mais ostensivo, que desse um caráter oficial, um início de sua prática. A capoeira no Sul do país teve então seu início oficial, somente na década de 1970, sua inserção se deu tardiamente em comparação aos lugares de sua origem (DORNELLES, 2010, p. 33).

CUNHA (2011) fala sobre Manoel Querino um militar que não pode participar da guerra do Paraguai, por ser muito fraco fisicamente, então esse foca na escrita de personagens que participaram da mesma, entre os descritos por Querino, Cunha destaca um capoeira muito habilidoso chamado Cezario Alvaro da Costa, que nos ajuda a pensar na existência de capoeiras no Rio Grande do Sul no século XIX, já que o capoeira em questão vive os últimos anos da sua vida, na cidade de Bagé.

Com essa vivência, pode resgatar a memória dos capoeiras no conflito, destacando ao menos dois casos: o de Cezario Alvaro da Costa, um “amador potente” na capoeira, que marchou como cabo da esquadra do 7º Batalhão de Caçadores do Exército e, após condecorações durante a guerra, faleceu em Bagé, Rio Grande do Sul, no posto de capitão (CUNHA, 2011, p.122).

Para entender melhor sobre a capoeira em solo Gaúcho a análise será mais aprofundada para a cidade de Pelotas, essa que tem referências de ser um lugar muito importante para arte no Rio Grande Sul (FONSECA, 2010).

Antes de entendermos o desenvolvimento da capoeira na cidade de Pelotas é necessário pensar na população negra na localidade com base no que Maestri nos mostra com dados de 1833. “A atividade charqueadora pelotense motivou uma grande concentração de trabalhadores escravizados. Em 1833, o município possuía 1.137 libertos; 5.623 escravos; 180 índios.” (MAESTRI, 1995). Nas décadas posteriores, Pelotas teve sua população escravizada aumentada. Na metade da década de 1870, por exemplo, havia mais de 8.300 escravizados no município, sem contar os libertos. No pós-abolição, essa população continuou vivendo no município e nos seus arredores. Esses números nos ajudam a refletir que um grande número de pessoas escravizadas logicamente resulta em diversas formas de resistência como a capoeira, que mesmo com pouca informação sobre a mesma na cidade

de Pelotas durante o período escravista. Com relação a isso, Fonseca apresenta o seguinte trecho em sua dissertação de mestrado.

Nessas jornadas, muitos foram os capoeiristas e Mestres com os quais foram trocadas experiências, autorizando-me a afirmar que Pelotas é a maior escola de capoeira do interior do estado do Rio Grande do Sul, e referência dessa prática no Brasil e no mundo. Pelo fato de ser a terceira cidade mais negra do país – que se exhibe para o turismo frente às suas tradicionais charqueadas, construídas por mãos negras e acorrentadas –, Pelotas já teria atributos para servir como palco para um estudo de uma arte afrobrasileira. Aliou-se, então, uma capoeira de alto nível com uma cidade historicamente importante para o negro no Brasil (FONSECA, 2010, p.21).

Um dos registros mais antigos encontrados sobre a Capoeira em Pelotas é uma foto de 1927.

Numa das inúmeras conversas sobre a capoeira pelotense, descobrimos a existência de uma fotografia que remete à prática da capoeira em 1927, no bairro fragata, em Pelotas. Essa ilustração, segundo consta, foi levada às mãos de um especialista, que confirmou a data e a localização. A constatação de que se trata de capoeira foi feita pelos capoeiristas atuais, através da comparação das fotos com alguns movimentos característicos da prática (FONSECA, 2010, p. 84).



Figura 02: Indicativos da prática da capoeira em Pelotas, em 1927.

Fonte: AP Mestre Cabeleira. In: Menino, quem foi teu mestre? A formação do mestre e a capoeira de Pelotas: André Oreques Fonseca

Porém é possível pensar sobre registros ainda anteriores, na cidade portuária de Rio Grande, vizinha de Pelotas, onde em 1869 há referência do termo capoeira na região do porto (AMARAL, et'al. 2010), cidade essa que enviava grande número de trabalhadores escravizados para a Pelotas.

As embarcações traziam escravos que eram distribuídos para o estado, segundo dados de um site do Rio Grande do Sul: “entre os anos de 1874 e 1884, era a sexta província com maior número absoluto de escravos”. Sendo que a maior parte desses escravos ficavam no município vizinho a Rio Grande, Pelotas, devido as charqueadas que eram responsáveis pela economia da região (AMARAL, 2010. p. 5).

Apesar dos registros e do levantamento de hipóteses sobre a chegada na capoeira em Pelotas, ela só vai de fato ter um registro maior e se dar como tal no final da década de 70 do século passado.

O final dos anos 70 marca o começo da cena capoeirística em Pelotas: primeiro, com a vinda de um mestre da capital do estado objetivando dar aulas e começar um trabalho; posteriormente, num movimento sem intenções financeiras, em que a capoeira entrava como prática de lazer, atividade característica de finais de semana. (FONSECA, 2010, p.85)

Entretanto as fontes apontam que a capoeira vai ganhar força e maior divulgação alguns poucos anos depois com um Mestre vindo direto da Bahia, chamado Sandoval, ele vem para o Rio Grande do Sul morar na cidade de Rio Grande e ensinar a arte, tanto na cidade que passa residir quanto a cidade de Pelotas (FONSECA 2010)

Mestre Sandoval chega à cidade (de Rio Grande) no início da década de oitenta. Assim, ele passa a ser o grande responsável pela prática da capoeira até final da década de noventa, mestre Sandoval ainda é muito respeitado na cidade pelos seus antigos alunos e pelos capoeiristas em geral (AMARAL, 2010, p. 5)

Fonseca aponta a importância do Mestre para a construção da capoeira também em Pelotas:

Mestre Sandoval foi um capítulo à parte da capoeira pelotense. Inúmeros são os casos contados por seus contemporâneos, seja pela sua imensurável habilidade e controle corporal – que lhe permitiam fazer todo e qualquer movimento, com uma plasticidade muito peculiar – ou pela sua conduta muitas vezes violenta. Tal conduta se dava, normalmente, por duas razões: para agregar alunos, evidenciando a eficácia da capoeira enquanto luta; ou como proposta pedagógica nas suas academias (FONSECA, 2010, p. 87).

Assim sendo, a capoeira também faz parte de uma das muitas manifestações culturais da comunidade negra pelotense, como os clubes sociais e associações negras, a imprensa negra (A Alvorada), os clubes de carnaval, todos muito importantes no contexto do pós-abolição e que ainda seguem sendo estudados por historiadores e pesquisadores de diversas áreas¹.

¹ Para uma análise desse contexto ver LONER (2016).

3. A resistência quilombola

Neste capítulo será feito um apanhado bibliográfico a fim de mostrar um breve histórico sobre a formação dos quilombos no Brasil, com ênfase no Rio Grande do Sul e em Pelotas, assim como suas formas de resistência.

Primeiramente vale salientar uma hipótese de onde surge o termo quilombo que Molet aponta em seu trabalho

O antropólogo africano KabengeleMunanga menciona que a palavra “quilombo” tem origem, na África Negra, nos povos de língua bantu, onde era designada de “Kilombo”. Segundo as tradições orais, provavelmente foi durante o século XVII, que o príncipe Kimbindallunga chegou a uma aldeia governada pela rainha Rweej e posteriormente casou com ela, porém a rainha não poderia governar durante o ciclo menstrual e, portanto passou o poder ao seu marido Kimbindallunga. Este casamento e a transferência de poder geraram descontentamentos entre os familiares e algumas camadas da população, ocasionando diversos movimentos migratórios. Um dos príncipes juntou seus guerreiros e formou um quilombo que era caracterizado pela estrutura firme que reunia grande número de guerreiros e uma forte disciplina militar. Diante desse contexto, o quilombo era uma forma de resistência formada por guerreiros (MOLET, 2011, p.2).

Experiências semelhantes aos quilombos existiram em todos os países que impuseram a escravidão africana (GOMES, 2018), já que essa é uma boa forma de resistência e sobrevivência, visto que desde antes do surgimento da escrita o ser humano se organiza em grupos maiores, pois facilita a divisão de tarefas, o cuidado com os mais fracos e a defesa contra ataques de inimigos. Moura (2001) fala que essas pessoas escravizadas fugidas se organizavam em grupos e formam uma consciência quilombola vivendo em comunidade e não mais como apenas um negro fugido. Esses quilombos eram fortemente atacados pelas forças escravagistas, por representar um grande perigo para o sistema social vigente no Brasil.

Flávio Gomes vai definir quilombos como:

Por aqui foi apenas a legislação colonial de 1740 que definiu o que seria um quilombo. O Conselho Ultramarino estabeleceu, então, que quilombo era "toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles". No entanto, um século antes já existiam câmaras municipais que definiam como quilombos agrupamentos com apenas "dois ou mais fugidos", e que tivessem

"ranchos e pilões", ou seja, uma estrutura econômica mais fixa (GOMES, 2018, p. 387).

Os quilombos ou também chamados mocambos² tiveram um grande papel na resistência contra a escravidão, não só pelo motivo óbvio de ser uma organização de fugidos, mas também por estabelecer comércio com escravizados dentro das senzalas e com as pessoas livres de dentro e de fora do país, no caso dos que viviam em regiões próximas da fronteira.

Embora em lugares protegidos, os quilombolas, amiúde, viviam próximos a engenhos, lavras, vilas e cidades. Mantinham redes de apoio e de interesses que envolviam escravos, negros livres fugidos e mesmo brancos, de quem recebiam informações sobre movimentos de tropas e outros assuntos estratégicos. Com essa gente, eles trabalhavam, se acoitavam, negociavam alimentos, armas, munições e outros produtos, com escravos e libertos, podiam manter laços afetivos, de parentesco e de amizade (REIS, 2009, p. 22).

Colaborando com essa informação, Gomes vai dizer:

Na capitania de Minas Gerais, em 1795, já se falava abertamente das alianças que quilombolas estabeleciam com os escravos nas senzalas, os quais eram acusados de roubar e repartir os mantimentos dos paíóis dos seus senhores. Há indicações de quilombolas garimpeiros em redutos de muito ouro e diamantes. Outros trocavam produtos de suas lavouras e caçadas com taberneiros e também com os escravos nas senzalas. No século XIX, no Maranhão, na região do Gurupi, as conexões dos quilombolas com os escravos nas senzalas eram permanentes, a ponto de as autoridades afirmarem que tais e tais fazendas eram os verdadeiros quilombos (GOMES, 2018, p. 388).

Por conta de toda essa organização bem pensada, houve no Brasil um número maior de quilombos do que em outros países escravistas. Uma das principais formas de economia quilombola era através da produção e venda de farinha, mas não só, eles também forneciam lenha e produtos manufaturados (GOMES 2018).

No Rio de Janeiro, ao longo do século XIX, prosperou na região da atual Baixada Fluminense uma rede de quilombos. Estes se localizavam entre os rios Sarapuí e Iguaçu, e receberam os nomes de Quilombo do Bomba, Quilombo do Gabriel e Quilombo da Estrela. Cultivavam abóbora e cana-de-açúcar, e ainda comercializavam

² Mocambos: Segundo Gomes (2018) esse era o nome dado a essas organizações de resistência inicialmente antes do termo quilombo.

peixe e caça. Mas a principal base econômica vinha da extração de lenha (conhecida como "lenha do mangue"). Os quilombolas negociavam em larga escala com taberneiros, que em troca de canoas de lenha entregavam mantimentos e demais produtos de que eles necessitavam (GOMES, 2018, p.388).

Os quilombos costumavam manter atividades agrícolas, com uma organização de trabalho tendo sua principal fonte de existência a plantação e venda de produtos. Porém não se pode pensar que essas pessoas estavam ali apenas escondidas com medo da repressão, houve literalmente muita luta para se manter nessas terras. Os quilombos tinham em seu domínio tanto armas brancas como armas de fogo. Existindo casos também de quilombos que não apenas se defendiam dos ataques, mas que encabeçavam os ataques contra fazendas que é o caso do quilombo liderado pelo General Manoel Padeiro, localizado na Serra dos Tapes na cidade de Pelotas, como será visto mais profundamente a seguir ao serem tratados os quilombos no Rio Grande do Sul.

3.1. Quilombos no Rio Grande do Sul

Para entender a formação dos quilombos no Rio grande do Sul é necessário mencionar que o trabalhador escravizado foi de extrema importância para a formação dessa sociedade (MAESTRI, 1996). Nesse sentido, os números trazidos por Mario Maestri nos ajudam a compreender melhor essa realidade.

Em 1814, tinha 32.300 'brancos', 20.611 'escravos', 8.655 'índios' e 5.399 'livres' (negros livres e alforriados). A importância da população cativa sulina só decaiu, nas primeiras décadas do século XIX, com a imigração européia e, sobretudo, em meados do século, quando o Rio Grande do Sul passou a exportar para o Centro Sul. Ainda em 1861, a população gaúcha escravizada era significativa. O Rio Grande do Sul teria 344.227 habitantes sendo 77.588 (23%) escravizados(MAESTRI, 1996, p. 295).

Trazendo esses números para a realidade e não apenas contabilizando como uma estatística, em 1861, são 77. 588 seres humanos escravizados. A maior parte das cidades gaúchas de hoje em dia não tem esse número de habitantes geral.

Essa grande quantidade de pessoas escravizadas resultou em uma forte resistência à escravidão. Essas pessoas buscaram formas de reagir a esse

sistema, uma dessas formas foi a fuga do país pela fronteira. Nesse sentido, Maestri (1996) diz que em países como Uruguai e Argentina o trabalhador escravizado no Brasil ao passar a fronteira era considerado livre.

Outra possível forma de resistência era a fuga e criação de quilombos. Existe documentada muita informação sobre quilombos no Rio Grande do Sul, porém Mário Maestri afirma a existência de muitos que não foram documentados.

São abundantes os rastros documentais deixados pelos quilombos gaúchos. Mesmo assim é crível que inexista informação direta ou indireta sobre boa parte dos quilombos sulinos. Essas concentrações de cativos fugidos encontram-se perdidas para a historiografia. A documentação escrita é a mais rica fonte para estudos dos quilombos (MAESTRI, 1996, p. 295).

Ainda Maestri em outro trabalho levanta uma hipótese para fins de estimativa, que nos ajuda a pensar o número de quilombos no sul do Brasil.

Para efeito de estimativa, considerarmos a existência de um mínimo de três e um máximo de cinco ocorrências anuais de fenômenos tidos pela sociedade escravista como quilombos, teríamos um mínimo de 450 e um máximo de 750 quilombos no Rio Grande do Sul, durante século e meio de escravismo gaúcho (MAESTRI, 2001, p. 289).

MAESTRI (1996) explica que no Rio Grande do Sul existem várias regiões com a palavra quilombo em seu nome, como, por exemplo, Arroio Quilombo. Entretanto, não se pode afirmar sem maior pesquisa a existência de um quilombo nessas regiões, mas o que o autor argumenta é que dificilmente teria outro motivo para esses lugares serem denominados de tal forma.

No Rio Grande do Sul, temos arroios, localidades, ilhas etc. com o nome *quilombo*, em regiões de tradição escravista (Porto Alegre, Pelotas, Rio Pardo, Jaguarão, Osório, Viamão, Santa Maria, Santo Antonio). É difícil que um topônimo tenha tido outra origem. Porém, o estudo da toponímia deve apoiar-se em outras fontes documentais. Na documentação histórica, concentrações de fujões denominadas de palmares, por associação com os grandes quilombos das regiões da Serra da Barriga, nas atuais Alagoas. O topônimo *Palmares* registra geralmente a de palmeiras na região (MAESTRI, 1996, p. 296).

Porém o primeiro registro que nos permite ter um ponto de partida da história dos quilombos no Rio Grande do Sul é em 1813

A primeira referência até agora conhecida a um quilombo no Rio Grande do Sul e a sua destruição é de 1813. Uma correspondência do Juiz de fora de Porto Alegre, Domingos Francisco Pereira de Andrade, 29 de Abril, enviada no governador e Capitão geral da capitania, requeria que o capitão-do-mato Ignácio Francisco Quintanilha e acompanhantes, responsáveis pela destruição de um quilombo e pela captura de dez quilombolas – sete homens e três mulheres – no ‘Sertão de serra Geral’ possivelmente nos primeiros dias de março, se apresentassem em Porto Alegre para que se procedesse ‘à devassa na forma de lei’. Os quilombolas da serra Geral eram acusados da morte de ‘um dos seus parceiros’ e do capitão-do-mato Antonio. Quando do assalto ao quilombo, um número indeterminado de quilombolas teria fugido (MAESTRI, 1996, p. 297).

O documento é referente à destruição do quilombo, logo podemos afirmar que sua criação é anterior, mesmo não podendo afirmar o quão anterior ele é, estamos falando de um quilombo com dez membros, que exigiu medidas maiores em sua repressão, com isso podemos pensar na possibilidade de outros quilombos com números semelhantes a esse ao redor do Rio Grande do Sul no mesmo período. A documentação histórica sobre os quilombos e a repressão aos mesmos aumenta após 1821, com vários relatos mais detalhados

Os quilombos gaúchos não se localizavam apenas na zona rural, haviam também os chamados quilombos urbanos, que é o caso do quilombo do Negro Lucas localizado na Ilha dos Marinheiros

As principais aglomerações urbanas da Colônia e do Império possuíam grandes concentrações de trabalhadores escravizados. Fugões faziam-se passar por libertos ou negros ou negros livres ou permaneciam nas imediações das aglomerações, onde fundavam pequenos quilombos. Eram escravos urbanos, acostumados ou conquistados pela vida citadina. A vida rural lhes seria desconhecida ou pouco atraente. Com a colaboração de libertos, livres-pobres, escravos e alguns senhores, os quilombolas viviam de pequenos roubos, da venda de produtos e da prestação de serviços a população citadina. O jornal *O Observador* de, Rio Grande, relata a repressão de um quilombo suburbano. A destruição do quilombo do Negro Lucas, na Ilha dos Marinheiros, recebeu uma primeira página, na edição de 9 de Janeiro de 1833(MAESTRI, 1996, p. 298/299).

Claudia Molet ainda levanta a hipótese de existir uma rede de quilombos no Rio Grande do Sul onde poderia existir um contato entre vários dos grupos, no que autora denomina de “litoral negro”.

O litoral negro, do Rio Grande do Sul apresenta também uma localização estratégica e seus mocambos poderiam ter contato com quilombolas localizados do outro lado da laguna, desse modo, as comunidades teriam relações com Rio Grande, Pelotas, São Lourenço do Sul, Santa Rita do Sul, Arambaré e Tapes. Vale ressaltar que pela Laguna dos Patos pode-se navegar para a baía do Guaíba e chegar a Porto Alegre (MOLET, 2014, p. 4).

Na região do Rio Pardo também houve muito registro sobre quilombos, esses documentos quase sempre se tratavam das investidas de re-escravização e repressão desses lugares, muitas vezes o resultado eram partidas que deixavam vários mortos e feridos ou presos, já os quilombolas que fugiam prontamente organizavam novos quilombos (MAESTRI, 1996). Assim se mostrando um lugar com muita luta e resistência.

Os documentos apontam a existência de quilombos com mais de uma década de existência, como o caso do quilombo com dezesseis anos apresentado por Maestri:

Segundo a documentação, a Expedição, composta por um capitão-do-mato, quatro homens práticos e guardas nacionais, após marchar para três dias na Serra do distrito do Couto, localizaram quilombo, velho de no mínimo 16 anos com 20 habitantes (MAESTRI, 1996, p. 315).

A força usada para combater os quilombos continha normalmente um número considerável de “soldados”, sendo inclusive muitas vezes pedido o reforço da capital, tanto financeiro quanto de combatentes, já que os quilombos contavam com um número relativamente alto de armas, seja de fogo ou armas brancas (MAESTRI, 1996), isso nos mostra que mesmo os quilombos rurais, focados na plantação, tinham sim um arsenal para combater as forças de repressão quando necessário, tanto com artilharia quanto corpo-a-corpo.

Maestri (1996) traz o relato de um soldado desertor chamado Benedicto Santa Ana de Arruda, que diz ter vivido em um quilombo no Passo de São Sepé, o “quilombo do Camizão”. Maestri atenta que não se pode confiar totalmente na veracidade desse relato por não existir outras referências, entretanto, há sim detalhes do relato sobre a organização desse quilombo que fazem a história de Benedicto ter sentido. Mas porque entrar na discussão de um quilombo que não se pode afirmar a existência, tal como a descrita pelo

desertor? Porque nesse relato é dito que viviam no quilombo 150 pessoas, fazendo então ser o maior quilombo do Rio grande do Sul.

O quilombo, no fundo de um barranco, "dentro de uma Muralha de pedras", teria umas 150 pessoas, sendo que 50 em condições de combate. Ao apresentar-se na única entrada do Quilombo, uma guarda de "seis homens" isso Mara "fazer Auto" com uma "salva" de armas de fogo. Com de por suas armas, o soldado desertor entrevistou-se com o chefe do Quilombo, "um Pardo de nome Camisão" ponto Benedito foi aceito no quilombo, sobre a condição de aceitar o "costume do mesmo". Ou seja, "nunca sair só e sim acompanhado com outros", sob pena de ser "perseguido e morto"(MAESTRI, 1996, p. 320).

Mas é claro que temos uma fonte oral nesse caso que pode ter sofrido modificações com o passar dos anos, mas merece uma citação para pensar a existência de grandes quilombos gaúchos que existiram e deixaram de existir sem ser descoberto por aparelhos de repressão.

Pelotas, como já visto, foi um município com grande uso de mão de obra escravizada³ principalmente pelo trabalho nas Charqueadas como apontam os historiadores Jonas Moreira Vargas e Paulo Roberto Staudt Moreira.

Apesar de a escravidão estar disseminada por todos os setores econômicos do Rio Grande do Sul, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, as regiões charqueadoras e as zonas de pecuária próximas delas reuniram quantidade expressiva de cativos.[...]No extremo sul, aproveitando proximidade com o porto marítimo da cidade de Rio Grande, constituiu-se o complexo charqueador de maior sucesso econômico. Foi o município de Pelotas que se destacou como principal núcleo fabril, a despeito de existirem estabelecimentos em Jaguarão, Santa Vitória do Palmar e Rio Grande. Se antes da Guerra dos Farrapos (1835-45) ambos os polos rivalizavam em termos de produção, com vantagem para o primeiro, a partir do meado do século Pelotas já era responsável por mais de 80% do charque exportado pelo Rio Grande do Sul (MOREIRA; VARGAS, 2018, p. 156).

Esse contexto resulta em uma grande resistência por parte das pessoas escravizadas que MAESTRI (1995) chega a dizer que Pelotas foi um dos maiores polos de resistência escrava no Rio Grande do Sul. Tamanha era essa resistência que causava certo pânico até nas autoridades da época, como aponta Caiuá Al-Alam:

³ Ver citação de MAESTRI na página 27.

Os escravos eram maioria da população, e, também, preocupavam intensamente as autoridades. Como em um dos ofícios comentados nesse capítulo, a preocupação era quanto à proximidade daqueles, devido à concentração das charqueadas nos arredores da cidade, propiciando as condições objetivas para uma revolta (AL-ALAM, 2008 p 58).

Logo temos a formação de quilombos como uma das formas de resistência. Na tabela que os historiadores Natália Pinto, Caiuá Al-Alam e Paulo Moreira trazem em seu livro “Os Calhambolas do General Manoel Padeiro: Práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, 1835)” é possível verificar que atualmente no Rio Grande do Sul há 148 comunidades quilombolas remanescentes, o que reflete essa resistência.

O quilombo pelotense liderado pelo General Manoel Padeiro se encontrava na região da serra do Tapes, cerca de vinte quilômetros de Pelotas. Tratava-se de um grupo que atacava, assaltava e punha fogo em campos escravistas que Mario Maestri os descreve como:

Manoel Padeiro não chefiava um Quilombo agrícola tradicional, escondido em um ermo qualquer, vivendo da caça, pesca, coleta, agricultura e escambo. O general liderava um grupo de quilombolas bandoleiros que desafiavam rebeldes, a ordem escravista sul-riograndense (MAESTRI, 1995, p 8).

Esse não se trata de um quilombo agrícola que vive de sua produção e vendas, mas que se arma para resistir a ataques, esse é um quilombo que se arma para organizar ataques contra instituições escravistas, onde tinha a intenção de causar o pânico nos escravistas e apoiadores. Os autores apontam constantemente o ódio que esses quilombolas tinham dos capitães-do-mato, sempre que possível deixando algum morto pelo caminho. Esse é um quilombo que organizou estrategicamente seus ataques de forma militar, dividindo o grupo para realizar uma determinada atividade enquanto outra parte estava realizando outra tarefa.

“Durante os trágicos acontecimentos que transcorreram naquela temporada de pavor, quando os quilombolas espraíram medo pela serra dos Tapes e pelos arredores de Pelotas, a jovem Câmara Municipal ainda tentava se organizar.” (MOREIRA, AL-ALAM, PINTO, 2014). Essa citação tem a intenção de mostrar o quanto à sociedade escravista de Pelotas temia essa

experiência de uma revolta entre escravizados, em um mesmo período que ocorria a revolta do Malês em Salvador.

Natália Pinto, Caiuá Al-Alam e Paulo Moreira mostram o relato que segundo o depoimento de Maria na primeira ação do grupo na chácara de Jerônimo Lopes Garcia, participaram do ataque bem sucedido doze quilombolas que ela lista como sendo: Manoel Padeiro, o General do Quilombo; João que era considerado o Juiz de Paz; Alexandre preto Moçambique, capitão; Pai Mateus, preto da Costa (Costa da África); Mariano Crioulo; Antonio Cabinda, Mulato; Pai Francisco, preto da Costa; Francisco Moçambique; Benedito Moçambique; João Cozinheiro, preto da Costa; e a fantástica preta Rosa. Todos esses quilombolas estavam preparados para o combate, tendo alguns dados a vida pelo grupo. É provável que um grupo que age desta forma tenha um conhecimento maior de batalha e é justamente isso que busco analisar no terceiro e último capítulo.

Para concluir esse capítulo é possível perceber que os quilombos no Brasil ofereceram resistência não só de forma passiva, como agricultores e vendedores, mas também de forma ativa, combatendo ataques que buscavam re-escravizar essas pessoas, com armas de fogo e armas brancas, e até mesmo organizando ataques como, por exemplo, o quilombo na Serra dos Tapes do General Manoel Padeiro.

4. O quilombo do Padeiro e Preta Rosa: uma reflexão sobre a prática da capoeira nos quilombos

Neste terceiro e último capítulo, pretendo unir os estudos que foram desenvolvidos anteriormente para propor uma reflexão a respeito do uso da capoeira como uma das práticas de resistência dentro dos quilombos, tendo em vista a matriz cultural africana compartilhada entre escravizados, libertos e livres. É claro que não posso e nem pretendo dizer que essa era única forma de resistência, pois isso excluiria muitos aspectos importantes, da construção de um quilombo e das pessoas que nele habitavam, reunindo diversas vidas com realidades diferentes, como foi visto no capítulo anterior.

Entretanto, os quilombos, seja ele um quilombo agrícola, focado na venda de seus produtos e artesanatos, um quilombo urbano, que tira seu sustento de pequenos roubos ou vendendo sua mão de obra, ou ainda um quilombo guerreiro que organiza ataques, roubando, matando e causando medo nos escravistas, como é o caso dos Calhambolas⁴ do General Manoel Padeiro, eles sempre vão estar sujeitos a receber ataques repressivos, onde a opção era fugir ou lutar. Sabendo disso, muitos quilombos tinham membros mais afeitos ao combate, para defender ou atacar, é com base nisso que proponho a hipótese que alguns destes membros poderiam ter conhecimento da arte da capoeira. Nossas reflexões também partem do pressuposto de que tanto a capoeira, quanto os quilombos, eram formas de resistência à escravidão, logo, eles andam juntos. Para propor essa discussão, foram analisadas fontes bibliográficas que me fizeram refletir sobre esses aspectos e são essas fontes que trago para esse trabalho.

Para começar esse pensamento, trago o termo capoeira que como já visto pode se referir a uma clareira em meio a mata, um local com vegetação rasteira, que mesmo não sendo o local ideal para o combate por ficar muito exposto como é apresentado por Oliveira e Leal (2009), esse seria um lugar ideal para o treino de aprimoramento técnico e tático. A hipótese de o termo capoeira ter esse significado permite dialogar com os vários quilombos que se localizavam em meio à mata para fugir do radar escravista organizar treinos de

⁴ Calhambolas é o termo utilizado na fonte.

sua forma de luta que veio mais tarde receber o nome capoeira referente a localização.

Entretanto ainda podemos encontrar semelhanças ao falar dos quilombos urbanos em que seus membros viviam pelas ruas, praticando alguns assaltos e/ou vendendo sua mão de obra, como é o caso do quilombo gaúcho do Negro Lucas, já citado no capítulo anterior. Maestri (1996) ao escrever sobre tal quilombo diz que o jornal *O Observador* dedica a primeira página da edição de 9 de janeiro de 1833 para falar sobre a destruição do quilombo do Negro Lucas. Na citação de Maestri chama a atenção o seguinte trecho:

Este selvagem andava de continuo armado de espingarda, espada, faca e saía, de vez em quando, a passear pela ilha, ameaçando os moradores brancos, a quem se tornava ainda mais temível pela proteção que tinha dos pretos e pardos forros, que ali residiam: sete assassinatos sabe-se que haviam sido por ele perpetrados: sendo as duas últimas vítimas de sua ferocidade (*O Observador*, 9 de janeiro de 1833 *Apud* MAESTRI, 1996, p. 299).

Essa citação especialmente chama a atenção devido a semelhança com os atos orquestrados pelos capoeiras chamados “valentões” que assustavam as ruas do Rio de Janeiro, Bahia e Pará no século XIX. A descrição do jornal dialoga também com a forma que o Código Penal de 1890 descreve os indivíduos enquadrados no crime de “vadiagem” nos artigos 402 e 404⁵. Até o momento é possível pensar a existência da capoeira tanto nos quilombos rurais quanto nos quilombos urbanos.

⁵ Ver página 16 e 17.

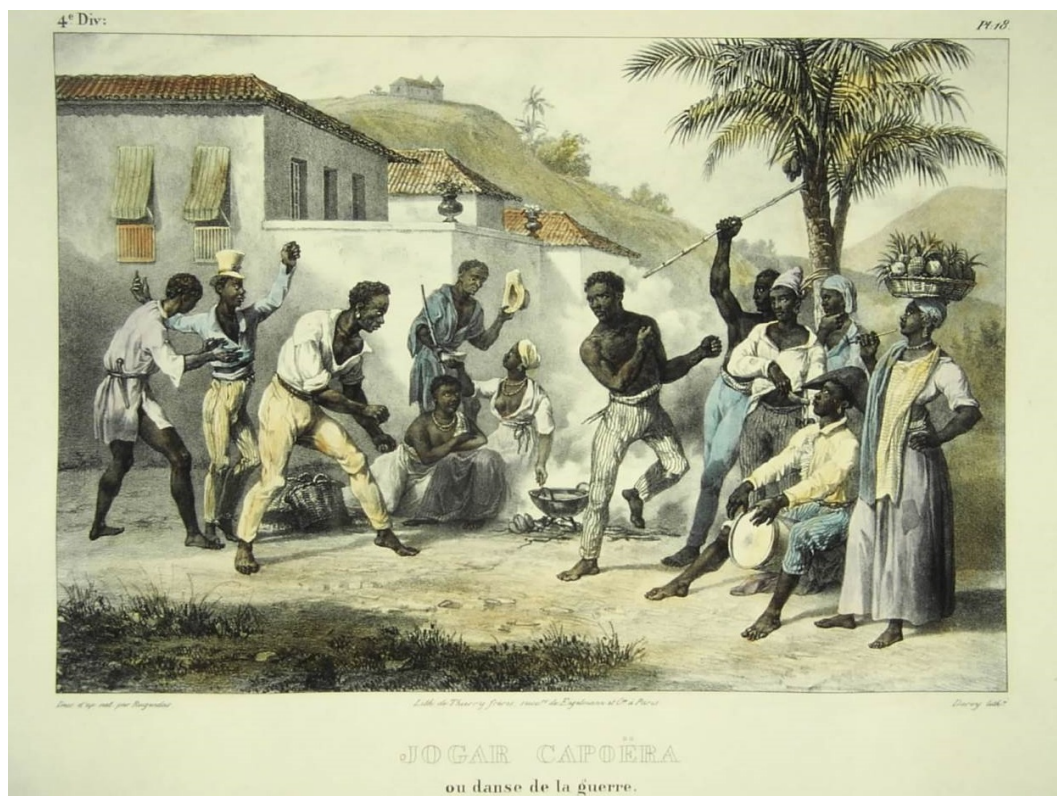


Figura 03: Jogar Capoeira ou Dança da Guerra, (Jogar Capoeira ou Danse de La Guerre)
 Fonte: Johann MoritRugendas. Faz Parte do livro "Viagem Pitoresca Através do Brasil",
 Gravura 97

Trago essa imagem que se encontra no livro de Rugendas para destacar também com uma fonte iconográfica⁶ o uso da faca entre os capoeiras, que faziam o uso do instrumento nas ruas, como as fontes apontam, mas ela também estava presente nas rodas como destaque na imagem a seguir:



Figura 04: Destaque da pintura Jogar Capoeira ou Dança da Guerra, (Jogar Capoeira ou Danse de La Guerre)
 Fonte: Johann MoritRugendas. Faz Parte do livro "Viagem Pitoresca Através do Brasil",
 Gravura 97

⁶ Tem relação com a palavra iconografia, que é a representação através de imagens.

As fontes mostram também que existe um recorrente uso de armas brancas, principalmente, dentro dos quilombos, já que era possível sim quilombolas adquirirem armas de fogo, porém, a lei punia quem vendia essas armas aos mesmos, assim sendo a arma branca constituía-se em algo de mais fácil acesso. Porém, afirmar que os capoeiras usavam facas assim como os quilombolas é somente mais uma informação que não necessariamente estabelece uma relação entre ambas, ela precisa ser melhor problematizada. Para isso, trago o caso da quilombola chamada nas fontes de Preta Rosa, que foi quem disparou minhas dúvidas para desenvolver essa pesquisa.

Primeiramente, temos que conhecer um pouco quem foi essa quilombola e sua importância dentro do grupo de Padeiro. Rosa assim como o General Manoel Padeiro e mais outros de seu grupo fugiram da fazenda do Comendador Boaventura Rodrigues Barcelos que tamanha era a fortuna que em sua morte em seu testamento constava:

Em 1856, devido ao falecimento do comendador, a viúva Dona Silvana Eulália de Azevedo Barcellos encabeçou a abertura do processo do inventário de seu esposo. O comendador possuía um plantel de 86 escravos, e um rebanho de seiscentas reses de criar, vinte cavalos, três éguas, sessenta bois mansos, dez ovelhas, quarenta galinhas, além de uma charqueada na Boa Vista e propriedades no centro urbano da cidade (PINTO, 2014, p.7).

O escravista oferece 200 mil réis pela cabeça de Manoel Padeiro (MOREIRA, AL-ALAM, PINTO, 2014) isso mostra o quanto à sociedade pelotense tinha interesse em destruir o quilombo. Tendo em vista que os quilombolas estavam em menor número e resistiam em condições desiguais, toda e qualquer forma de ação e práticas de resistência coletiva podiam ser usadas e, pensando nessa cultura de origem africana compartilhada, a capoeira devia ser de conhecimento dos mesmos.

Rosa, que dos doze quilombolas era a única mulher, foi “descrita como valente companheira nos confrontos, não simplesmente por vestir-se de homem, que certamente lhe ‘autorizava’ a guerra, mas provavelmente pelo manejo das armas nos conflitos.” (MOREIRA, AL-ALAM, PINTO, 2013). Pelo fato de se vestir com roupas masculinas, os mesmos autores vão acrescentar

“que lutava vestida de homem como uma rainha Jinga” e que andava armada de duas facas.

Os registros mostram a importância de Rosa para o grupo, pois ela costumava ficar de sentinela, ou seja, fazendo a guarda. No caso do grupo ser pego de surpresa, quem estaria pronta para o combate seria ela. Isso permite pensar que ela tinha habilidades bem desenvolvidas no manejo de suas facas para ficar responsável por tal função. É possível observar também sua valentia, pela forma que Rosa é morta, em uma partida contra Capitães do Mato, segundo o relato de Senhorinha Alves:

“[...]Quando a partida deo sobre os quilombolas no dia terça feira dezesseis de Junho se achavão por dezoito; por que haviam apanhado Domingo cinco escravos, os quaes, e os dous apanhados no Sábado, e os onze quilombolas fazem o numero de dezoito, dos quaes morreo no ataque João Juiz de Paz e a preta Roza, e os mais dispersarão-se fazendo fogo a partida, e fugindo pelo mato dentro[...].”

Não temos como saber se era possível Rosa fugir com os demais, porém em uma partida em que morreu apenas dois de dezoito, é palpável pensar que Rosa teria resistido até o último minuto em prol de seu grupo.

Compreendendo quem é a Rosa e sua participação ativa no quilombo, uma hipótese a se pensar é que dentro das artes marciais é possível notar que no treinamento com armas brancas se não houver um foco para aprimorar sua “mão ruim” ela pode acabar mais atrapalhando ao usar armas em ambas as mãos, problema esse que Rosa não parece ter tido a partir dos relatos de sua grande habilidade no manejo de armas (MOREIRA, AL-ALAM, PINTO, 2013). Isso leva a pensar que Rosa poderia sim ter contato com algum treinamento específico, visto a grande quantidade de africanos em Pelotas. Como já visto, o porto de Rio Grande era um ponto onde desembarcaram muitas pessoas escravizadas e grande parte foi para a cidade de Pelotas. Além do mais, CUNHA (2011) aponta o uso de capoeiras para combater no Uruguai já em 1816, país vizinho do estado do Rio Grande do Sul.

Apesar das poucas fontes sobre a capoeira no Rio Grande do Sul, principalmente durante o período escravista que são citações muito vagas sem maiores informações, busquei nesse capítulo traçar alguns paralelos que talvez possam disparar maiores pesquisas futuramente sobre esse assunto pouco

trabalhado. Creio que a principal questão a ser apontada é de como o quilombo surgia como forma de resistência à escravidão no meio rural do município. Tendo em vista o caráter combativo dos quilombolas e o conhecido uso da capoeira como forma de defender-se, mas também de atacar os inimigos, não é um equívoco imaginar que eles compartilhavam de uma cultura africana e afro-brasileira comum em vários lugares do Brasil. Sendo assim, a resistência se manifestava na luta cotidiana, na capoeira, no quilombo, na defesa de suas crenças religiosas, arranjos parentais e práticas costumeiras atacadas pelos brancos.

5. Considerações finais

O presente trabalho buscou realizar uma reflexão sobre a história da capoeira e dos quilombos no Brasil, bem como a relação entre ambos como uma das formas de expressão sociais e culturais da resistência negra nos tempos da escravidão. Por ser um tema pouco trabalhado, acabamos por dar um foco maior no estado do Rio Grande do Sul onde a temática “capoeira” é ainda menos pesquisada, principalmente em períodos anteriores à abolição. O trabalho lançou uma hipótese de que a capoeira era de conhecimento dos quilombolas, visto pertencer a uma matriz cultural afro-brasileira comum a muitas regiões do país, e esperamos que tenha servido como um “gatilho” para outros trabalhos que dialoguem com o tema da pesquisa, mas que de toda a forma valorizem a prática da capoeira, que é uma linda arte marcial brasileira que merece muito mais espaço e estudo nos bancos da universidade.

Desta forma o primeiro capítulo foi possível compreender como surge a capoeira no Brasil sendo apresentadas, possíveis origens do termo, que até hoje não se tem um consenso. Além de mostrar sua criminalização e liberação, os interesses por trás dessas leis e também a luta dos mestres para haver a liberação. Ainda no primeiro capítulo a pesquisa foi aprofundada para os primeiros mestres de capoeira em solo gaúcho e pelotense, buscando encontrar referências mais antigas da arte

O segundo capítulo mostrou um pouco sobre o que são quilombos, como se deu a resistência nesses locais, as possibilidades de existência de um quilombo, urbano ou rural, a forma que combatiam, sendo quilombos com características mais ofensivas ou defensivas, dando ênfase maior as questões bélicas dos quilombos.

No terceiro capítulo se buscou juntar os assuntos, propondo a partir de fontes bibliográficas a hipótese da existência de praticantes da capoeira dentro dos quilombos, uma vez que se tratavam de formas sociais e culturais distintas de manifestações de resistência de matriz africana em pleno contato.

Deste modo acredito que com base na pesquisa pude esclarecer um pouco da minha dúvida quando iniciei esse estudo, podendo dizer que acredito sim que existiram capoeiras dentro dos quilombos, entre eles Rosa, do quilombo do General Manoel Padeiro. Assim sendo, esse trabalho buscou

contribuir para que sua história e memória ainda permanecessem vivas em nossa sociedade.

6. Referências

- AL-ALAM, Caiuá Cardoso; PINTO, Natália Garcia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os Calhambolas do General Manoel Padeiro**: práticas quilombolas na Serra do Tapes (RS, Pelotas, 1835). São Leopoldo: Editora Oikos, 2013.
- AL-ALAM, Caiuá Cardoso; PINTO, Natália Garcia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Duzentos mil Reis pela cabeça do chefe preto Padeiro e cem mil Reis pelas dos demais malfeitores: Notas de pesquisa sobre o quilombo do Padeiro (Pelotas, 1835). **Cadernos do Lepaarq**. v 11, n.22, p. 463- 470, 2014.
- AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **A negra força da princesa**: Policia, Pena de morte e Correção em Pelotas (1830-1857). Pelotas: Sebo Icária, 2008
- ALBUQUERQUE, Carlos Vinicius Frota de. **“Tá na água de beber”**: culto aos ancestrais na capoeira. Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2012.
- AMARAL, Carolina de Souza, et'al. **Capoeira Na Cidade Do Rio Grande/Rs**: Alguns Apontamentos, 2010
- CALDAS, Alan. **Valentia e Linhagem**: Uma história da Capoeira. Curitiba: Appris, 2018.
- CORDEIRO, Albert Alan de Sousa; CARVALHO, Nazaré Cristina. **Capoeira, do crime à Legalização**: Uma História de Resistência da Cultura Popular
- CUNHA, Pedro Figueiredo Alves da. **Capoeira e Valentões** na história de São Paulo (1830- 1930), São Paulo, 2011.
- DIAS, Luiz Sérgio. **Quem tem medo da Capoeira?** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Divisão de Pesquisa, 2001.
- DORNELLES, Ederson Alberto Teixeira. **Monsueto, Nino Alves e Churrasco**: a reconstrução da História dos primeiros Mestres de Capoeira em solo gaúcho. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Porto Alegre, 2010.
- FONSECA, André Oreques, **Menino, quem foi teu mestre?** A formação do mestre e a capoeira de Pelotas. Universidade Federal de Pelotas. Escola Superior De Educação Física Curso De Mestrado Em Educação Física, 2010
- MAESTRI, Mário. RS: O Quilombo Rural de Manoel Padeiro. **Porto & Vírgula**. v. n.11, p.54-72, 1995.
- MAESTRI, Mário. **Pampa negro**: Quilombos no Rio Grande do Sul. São Paulo: Editora Shwartz Ltda, 1996.

MOLET, Claudia Daiane Garcia. **Casca e Limoeiro**: as comunidades quilombolas no Litoral negro do Rio Grande do Sul, durante o século XIX, 2011.

MOLET, Claudia Daiane Garcia. O litoral negro do rio grande do sul, durante o século XIX: reflexões sobre o conceito de quilombo, **I Seminário Internacional Brasil Século XIX**. 2014.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **Capoeira, Identidade e Gênero**: Ensaio sobre a história social da Capoeira no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2009.

PINTO, Natália Garcia. **A Benção meu Compadre**. Experiências de parentesco e liberdade em Pelotas, 1830/1835, Século XIX. São Leopoldo: PPGH/Unisinos, 2012. [Dissertação de Mestrado]

PINTO, Natália Garcia. As Famílias Escravas Dos Rodrigues Barcellos: Escravidão, Liberdade, Hierarquias Sociais E Mobilidade Social Na Cidade De Pelotas/Rs, 1830/1888. **I Seminário Internacional Brasil no Século XIX**. 2014.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Capoeira Na Escravidão E No Pós-Abolição**. REGO, Waldeloir. **Capoeira Angola**: Ensaio Sócio-etnográfico. Salvador: Editora Itapoan, 1968.

SERAFIM, Jhonata Goulart; AZEREDO, Jeferson Luiz de. **A (Des) Criminalização da Cultura Negra nos Códigos de 1890 e 1940**

SANTOS, Myriam Sepulveda dos. **A Prisão dos Ébrios, Capoeiras**

SILVA, Robson Carlos da. **As narrativas dos mestres e a história da capoeira em Teresina/PI: do pé do berimbau aos espaços escolares**.

VARGAS, Jonas Moreira; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Charquedá escravista. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da escravidão e liberdade**. Companhia das Letras. 2018.

VIEIRA, Sérgio Luiz de Souza. **Da Capoeira: como patrimônio cultural**. São Paulo: PUC/SP, 2004